

# Evangélicos em Cabo Verde

A história das igrejas evangélicas parece ter uma relação estreita com o fenómeno social da emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América, para a faina da baleia. Uma das ilhas que mais arpoadores forneceu aos baleeiros norte-americanos foi a Brava. Coincidência ou não, os primeiros pregadores evangélicos cabo-verdianos eram originários dessa pequena ilha, vieram da América e estabeleceram-se exactamente na chamada ilha das flores, onde lançaram a semente da centenária igreja nazarena.

O pastor João Dias foi um desses missionários. Tido como o pai da igreja evangélica cabo-verdiana, Dias começou a sua pregação a partir da vila de Nova Sintra, onde fundou o primeiro templo nazareno, a denominada igreja de Ponta Achada. Segundo relatos de pastores nazarenos, Dias desembarcava na ilha Brava em 1901, invadido pelo fervor da evangelização. Vindo da América, para onde tinha emigrado, lançou as bases da igreja e depois partiu para outras ilhas, como Santo Antão, Santiago e S. Vicente, para prosseguir a sua missão.

“Ele tinha uma incumbência e cumpriu-a, que era a pregação do Evangelho em Cabo Verde”, afirma o pastor Manuel António, 47 anos, colocado à frente da igreja nazarena de Tomé Barraz, próxima da vila de Nova Sintra.

A segunda igreja edificada na Brava ficou situada junto à praça da mesma vila. Esse templo viria a tornar-se o mais importante da missão nazarena na ilha das flores. A terceira casa desta doutrina foi construída em Furna mas, segundo Manuel António, ainda não está oficializada. “Esta zona tem pouco acesso e a adesão dos crentes à igreja ainda é fraca. Escutam a palavra mas não frequentam a igreja”, explica o pastor António, que tem na sua congregação mais de cem fiéis.

## CONCORRÊNCIA

Um dos factores que estará a perturbar o trabalho dos nazarenos na Brava é a proliferação de novas doutrinas, evangélicas umas, outras nem tanto. Esta diversidade de oferta estará a gerar confusão espiritual no seio da comunidade cristã, como deixa entender o pastor nazareno, que está na ilha faz quatro anos. “Antigamente existiam na Brava apenas as igrejas católica, nazarena e adventista do 7º dia. Na presente conjuntura, a situação é mais confusa”, explica. Neste momento a nova tarefa dos missionários é “separar o trigo do joio”, pois acreditam que somente as “igrejas verdadeiras” irão permanecer em funções, no futuro.

A proliferação das doutrinas evangélicas surge como resultado da “democracia” instalada no mundo protestante, na sequência da Reforma da Igreja Católica provo-



BRASILEIROS DA IGREJA MISSIONÁRIA

cada pelo teólogo alemão Martinho Lutero. Este fenómeno, pelos vistos, encontrou também terreno fértil em Cabo Verde. Dados não oficiais apontam para a existência de nove igrejas evangélicas estabelecidas em algumas ilhas do arquipélago: Nazareno, Adventista do 7º Dia, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus, Vida Profunda, Igreja Baptista, Maná Cristã, Assembleia de Deus e igreja Missionária. Estas missões, algumas delas lideradas por obreiros brasileiros e argentinos - como são os casos da IURD, Igreja Missionária e Assembleia de Deus - estão presentes com maior força nas ilhas de S. Vicente e de Santiago.

A existência de tantas congregações, todas criadas pela força da fé no Evangelho, tem gerado, entretanto, divergência de posturas sobre esta matéria. Porém, mesmo na diferença parece haver uma unidade espiritual reinante entre os pastores evangélicos, independentemente da doutrina que defendem. Vários líderes pastorais afirmam, sem pestanejar, existir uma relação salutar entre as diferentes corporações. “Este fenómeno acontece em toda a parte do mundo, não somente em Cabo Verde”, afirma a irmã Esther Sousa, obreira brasileira da Igreja Missionária.

Segundo esta missionária, antigamente havia uma maior separação entre os grupos evangélicos no mundo. Como acrescenta o pastor Carlos Henrique, ao contrário daquele tempo em que cada obreiro defendia com “unhas e dentes” a placa da sua igreja, “hoje, temos a consciência que o Evangelho é só um - a Bíblia é uma só”.

Para o pregador Samuel Andrade, o que diferencia as diversas casas é o sistema de culto, a liturgia cristã. Graças a essa proliferação, entende que os crentes cabo-verdianos encontram uma oferta maior de igrejas, todas elas comprometidas com o padrão bíblico. Por seu turno, o ex-superintendente nazareno Gilberto Évora considera negativa essa variedade de casas de culto.

## NOVAS CONGREGAÇÕES

Novas congregações evangélicas continuam a florescer em Cabo Verde e este facto ganha uma evidência especial na ilha

de S. Vicente, onde fica a sede de algumas das recém-criadas igrejas. Com pouco mais de dois anos, “Irmãos Especiais” é a mais recente casa evangélica aberta na cidade do Mindelo. Este templo nasceu na sequência de uma discórdia ocorrida entre o pastor Hélder Almeida e a Cúpula da Igreja Maná. Segundo o pastor, os responsáveis da Maná decidiram transferir a Administração da igreja de Portugal para Angola e, antes disso, tentaram fechar as representações estabelecidas nas ilhas de Santiago e de S. Nicolau. “Não concordei com essas decisões e tive que intervir”, esclarece aquele que é considerado o fundador da igreja Maná em Cabo Verde.

Devido ao seu afastamento forçado da Maná, Almeida e a esposa Celeste, filha de um pastor nazareno, decidiram continuar a missão evangelizadora e abriram a nova assembleia no primeiro piso da residência do casal. “Quando se abre uma igreja, queremos ficar nela para sempre. Mas as igrejas são fundadas pelos homens e os homens erram”, comenta Hélder Almeida, cuja nova igreja funciona faz mais de dois anos, no Madeiralzinho.

Logo na primeira reunião com os crentes, o pastor recebeu sugestões sobre a denominação que deveria dar à igreja. Uma delas seria Missão Cristã. “Mas eu já tinha o nome - Irmãos Especiais”. Por detrás desta escolha, Almeida pretende instituir uma congregação livre das quezílias, contendas, ciúmes e ódios que perseguem os homens. A sua vontade é que os crentes possam relacionar-se como irmãos de um pai supremo, dentro e fora da igreja. “O nosso alvo é sermos irmãos vivendo no amor de Deus”, esclarece.

Abordado sobre a diversidade das igrejas evangélicas em Cabo Verde, Hélder Almeida é peremptório na sua análise: “Não sou contra a abertura de novas casas de culto. Se todos os dias nascerem bares alcoólicos, por que razão não podem nascer novas igrejas, cujo objectivo é a regeneração do homem”?!.

As igrejas, segundo Almeida, contribuem, em grande parte, para a vida social de milhares de indivíduos, auxiliando os pobres nas suas carências humanas, dando moral aos

drogados e às prostitutas e desencadeando outras acções positivas na sociedade. Por este motivo, considera que o Governo devia conceder mais facilidades à oficialização das casas de culto.

## DENOMINAÇÕES BÍBLICAS

As denominações das igrejas evangélicas são, às vezes, inspiradas em fenómenos retratados bíblicamente. É o caso, por exemplo, da igreja Maná Cristã. Resumidamente, a palavra Maná refere-se ao “pão que Deus alimentou o povo no êxodo”, enquanto era conduzido por

Moisés pelo deserto.

Fundada por Jorge Tadeu, a igreja Maná Cristã é um exemplo dos cultos carismáticos. Pelo menos dois pastores desta congregação testemunham que já falaram línguas estranhas quando invadidos pela força do Espírito Santo - fenómeno denominado Pentecostes. “É uma linguagem espiritual. É o espírito do homem a falar directamente com o espírito de Deus”, esclarece o pastor Nilton da Luz.

Quanto à igreja Baptista, a escolha do seu nome tem por detrás uma história curiosa. Segundo explicações do pastor António, os fiéis dessa congregação eram rotulados, na antiguidade, como pessoas contra o baptismo e, por esse motivo, foram apelidados de Anabaptistas. Na realidade, os evangélicos não apoiam o baptismo de recém-nascidos e, sempre que possível, fazem essa cerimónia na fase adulta do crente, quando está na posse das suas faculdades.

“A igreja actual é uma evolução da palavra Anabaptista pelo facto de não aceitarmos o baptismo de recém-nascidos. As pessoas não aceitavam a nossa doutrina e nos apelidaram de sermos anti-baptismo”, explica o pregador. Com o passar do tempo, a igreja aproveitou o rótulo e “baptizou-se” então com a palavra Baptista, que nada tem a ver com João Baptista. Somente deixou cair as sílabas iniciais, “ana”.

Apesar dessa alcunha, a igreja não coloca tanta ênfase no baptismo, pois acredita que as almas são salvas pelo poder divino e não porque são baptizadas.

Outras denominações estão inspiradas apenas em princípios nobres, embora também tenham suporte bíblico: Assembleia de Deus, Igreja Missionária, Deus é Amor, Irmãos Especiais, são apenas alguns exemplos.

Nascida no Peru, numa região assolada pela guerra, a Igreja Missionária chegou a Cabo Verde faz apenas oito anos, pela mão de Sérgio, um obreiro brasileiro. Passado esse tempo, os missionários ainda não ordenaram nenhum pastor cabo-verdiano. “É um processo cuidadoso porque serão os pastores cabo-verdianos a prosseguirem o trabalho desta igreja”, elucida o pastor Carlos Henriques, que se mostra satisfeito com



a tendência de crescimento desta congregação. O grande objectivo desta missão é conseguir o consentimento da edilidade mindelense para construir um templo em Fonte Francês, que vai servir também como creche e escola.

### UM HOMEM CRISTIFICADO

Todas as igrejas têm uma perspectiva positiva de crescimento das suas congregações, em Cabo Verde. Contudo, foi impossível determinar o número aproximado de crentes que frequentam os diversos templos evangélicos. Entretanto, a centenária igreja do Nazareno parece ser aquela com maior implantação no arquipélago.

“Esta igreja tem tido uma presença válida na sociedade cabo-verdiana. Além da acção espiritual, o Nazareno sempre direccionou a sua intervenção para os campos cultural e desportivo”, refere o pastor, na reforma, Gilberto Évora, que chegou a dirigir o templo na cidade da Praia e teve missões além-fronteiras.

Ainda jovem, Évora vinculou-se aos ensinamentos cristãos e passou a frequentar os cultos da igreja nazarena. “Adquiri valores espirituais que comandaram para sempre a minha vida. Alguns colegas da mocidade não tiveram essa sorte, de modo que tomaram o rumo do pecado”, afirma o ex-superintendente nazareno, para quem não é a igreja que transforma o homem mas sim o poder de Cristo. “Deixei de ser um homem religioso para passar a ser um homem cristificado”.

Segundo Évora, outrora havia uma nítida rivalidade entre os crentes protestantes e os católicos, em Cabo Verde. “Orgulho-me de ter exercido política de boa vizinhança enquanto pastor nazareno na cidade da Praia”, tanto é que este evangélico granjeou a amizade e o respeito dos dois bispos católicos cabo-verdianos: D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado.

### NOMEAÇÃO DE BENTO XVI

Como produtos da Reforma, os protestantes não reconhecem a autoridade do Papa

A sua expectativa é que o novo Papa venha a promover a unidade entre as várias igrejas.

Como autoridade eclesiástica, o Papa merece ser respeitado pelos líderes de to-



PASTOR MANUEL ANTÓNIO, da Igreja Baptista

e nem consideram que o Sumo Pontífice seja o Vigário de Cristo na Terra. Mesmo assim, todos os líderes pastorais lamentaram a morte de João Paulo II, caracterizado pela maioria como um Papa reformador e bastante humano.

“Temos de pensar que Bento XVI vai tentar seguir o caminho do seu antecessor. A Igreja Católica sabe que o mundo precisa estar unido, independentemente das diferenças teológicas”, opina Gilberto Évora.

Para Hélder Almeida, João Paulo II conseguiu esmiuçar as “coisas mais pequenas” mas que atingem a humanidade.

das as religiões, segundo Nilton da Luz. “E Bento XVI é uma figura a ser honrada e prestigiada, como homem de Deus”, sublinha o pastor Maná.

### FENÓMENOS RELIGIOSOS

Os fenómenos religiosos continuam a estar a leste do interesse científico dos investigadores cabo-verdianos. Para o sociólogo Graciano Nascimento, autor desta constatação, as causas por detrás da rápida aceitação das novas doutrinas pelos crentes cabo-verdianos poderão encontrar as

suas raízes tanto na postura da Igreja Católica em relação às novas sociedades, como num défice de auto-confiança dos indivíduos.

Outra causa, na sua perspectiva, poderá advir da diversidade da oferta religiosa na presente conjuntura, conjugada com um marketing religioso cuidado. “Algumas igrejas utilizam técnicas de comunicação de massa e uma linguagem direccionada. Além disso promovem uma abordagem personalizada e, muitas vezes, os indivíduos são vencidos pela persistência”, comenta o sociólogo cabo-verdiano, sublinhando ainda que as novas igrejas sabem definir as suas populações alvo, para que a mensagem possa surtir efeito.

Esses alvos, como explica, podem ser pessoas com problemas, desde os financeiros, familiares e culturais, com défice de auto-confiança e que são vulneráveis a nível emocional. “Quando a família deixa de exercer o seu papel congregador, os indivíduos procuram fora dela a compensação emocional. E podem encontrar nas igrejas alguém capaz de solucionar as suas fraquezas”, explica Nascimento, que questiona também os relatos sobre pessoas alegadamente curadas de enfermidades crónicas nos templos, somente pela força da fé. “Pergunto, será que essas pessoas tinham um mal físico ou emocional? Por que razão a classe médica não tenta averiguar esses casos?”, diz Nascimento, em jeito de repto.

Para este sociólogo, a fé é algo em que a pessoa acredita de livre e espontânea vontade. A crença, segundo Nascimento, pode provocar efeitos positivos no estado psicológico e espiritual do indivíduo. Por este motivo acredita também que todo o homem possa “curar-se” de determinados males emocionais, desde que consiga resgatar a sua auto-confiança. Este processo, segundo explica, pode ocorrer numa igreja, numa sessão terapêutica ou no próprio lar do “doente”.

## O fenómeno IURD

O catolicismo, acredita-se, continua a ser a religião predominante em Cabo Verde. Mas, por outro lado, o surgimento de novas doutrinas evidencia a existência de um “mercado religioso” em mutação, em Cabo Verde. “O catolicismo está a perder terreno e uma prova inequívoca dessa realidade são as novas igrejas estabelecidas recentemente em Cabo Verde. Veja o caso da Universal do Reino de Deus, cujas sessões estão sempre repletas de crentes. E, note-se, essas pessoas eram frequentadoras da igreja católica. Afinal, o que se passa?”, questiona Mário Santos, 53 anos, “católico não praticante”.

Fundada pelo brasileiro Edir Macedo, a IURD tem alcançado níveis de sucesso impressionantes em várias partes do mundo, embora esteja quase sempre rodeada por uma áurea de polémicas. Entre as suspeitas lançadas sobre a igreja confluem a questão do dízimo, lobbies políticos, as propaladas curas milagrosas, conflitos com as chamadas seitas - nomeadamente no Brasil - e práticas duvidosas como a expulsão de Satanás de pessoas alegadamente possuídas pelo Demónio... Por exemplo, no programa televisivo “Fala que te escuto”, basta alguém telefonar a dizer que está cheia de problemas na vida para receber a tão esperada resposta: “Você tem um encosto”.

Para certos analistas, o êxito da IURD advém da eventualidade da igreja recorrer a técnicas de comunicação de massas, cientificamente elaboradas, para impressionar a credulidade das pessoas e, a partir daí, conquistar crentes. O seguro é que as sessões da IURD são dinâmicas e concorridas. As reuniões podem demorar mais de uma hora, os cultos são ministrados normalmente em brasileiro e podem incluir a chamada libertação dos possessos. Terminam quase sempre com um apelo à contribuição para a obra de Deus - a oferta do dízimo.

Para estabelecer um contacto permanente com os crentes, a igreja mantém as portas dos templos praticamente escancaradas ao longo do dia e transmite programas em todas as estações radiofónicas existentes em Cabo Verde. Isto sem contar com a

ajuda que recebe da TV Record, estação pertencente à IURD, cujas emissões televisivas são captadas em vários lares.

A Universal do Reino de Deus tem por tendência instalar os templos em cinemas ou casas de espectáculo, postura que já lhe valeu uma onda de contestação em Portugal. Essa prática chegou a acontecer inicialmente na cidade do Mindelo - caso do cinema Miramar - mas, actualmente, a IURD possui dois grandes templos, além de casas de culto menores, espalhadas pela periferia da cidade.

No conjunto das novas igrejas pentecostais, a IURD parece possuir o maior número de crentes. Os seus cultos chegam a reunir quinhentos ou mais crentes.

Muitos dos fiéis da Universal não escondem a sua passagem anterior pelo catolicismo. Algumas dessas pessoas ainda sentem uma ligação umbilical à Igreja Católica mas, como dizem, preferem frequentar as sessões da IURD. O motivo é simples: sentem-se bem no ambiente da igreja.

Embora os primeiros missionários da IURD tenham vindo do Brasil, a igreja já possui vários pastores de origem cabo-verdiana. Curiosamente, os cabo-verdianos incorporaram de tal maneira os hábitos da igreja que passaram também a expressar-se em brasileiro, mesmo nos contactos sociais. “Quem quiser pode falar o crioulo mas é mais fácil pregar o Evangelho em português”, explica um deles, sem conseguir esconder o sotaque à terra do samba.

Apesar de ser pentecostal, depreende-se que a IURD não é reconhecida como uma igreja evangélica pelas outras casas protestantes. Por razões éticas, nenhum pastor quis abordar esta questão na imprensa e explicar os motivos que estarão na base dessa alegada postura de exclusão.

Como fenómeno religioso, a Universal do Reino de Deus tem chamado a atenção da sociedade cabo-verdiana. Contudo, a cúpula da IURD em Cabo Verde negou responder a um longo questionário enviado por este semanário ao líder da igreja e que visava dissipar os “mistérios” em torno desta congregação. Apesar do longo compasso de espera feito por este jornal, nenhuma linha chegou à nossa redacção, até esta data.



## CASO CANÁRIAS

**O caso Canárias pode estar à beira de um desfecho mas continuam a fluir novas informações sobre o processo. As autoridades policiais estão agora a investigar o grau de envolvimento de dois canarienses no esquema, mais concretamente o dono e um funcionário da agência que emitiu as passagens do voo charter que deveria levar os passageiros clandestinos da África para a Europa.**



Computador da agência turística poderá ter novas pistas

## Polícia investiga agência de viagens

Ironia trágica do destino, Joseph Abran, dono da empresa de turismo e referido pelas oito mulheres presas pela alcunha de Peter, faleceu logo na semana em que foi contactado pela polícia. A investigação poderá ganhar um outro rumo, dependendo do conteúdo de um computador da agência, apreendido pela polícia fronteiriça das Canárias. As autoridades desse arquipélago querem descobrir eventuais provas do envolvimento do escritório de "Peter" nessa operação de tráfico humano.

Entretanto, onze das doze pessoas retidas nos centros destinados a estrangeiros indocumentados regressaram já a Cabo Verde. O último do grupo foi uma alegada menor que relatou, para a RCV, o motivo que a levou a participar nessa aventura. Segundo as suas palavras, queria seguir as pisadas de uma prima, que viajou clandestinamente para Portugal faz menos de um mês, levada também pelas oito mulheres detidas nas Canárias. Esta informação, caso venha a ser

confirmada, poderá comprovar uma actividade reiterada dessas suspeitas no esquema de tráfico de pessoas de Cabo Verde para a Europa, o que no mínimo vem complicar a situação do grupo detido nas Canárias.

A acreditar nesta moça, que contra a versão oficial insiste que já tem 19 anos, ela saiu de Cabo Verde com documentos originais. A falsificação dos passaportes terá então ocorrido no Senegal, seguindo o seu próprio raciocínio. No entanto, os dois policiais que a acompanharam até à ilha do Sal garantem que um exame radiológico feito nas Canárias confirmou que ela, a jovem, tem apenas 16 anos.

Há ainda um segundo menor, cujo regresso ao país ainda não tem data definida. Apesar de já existir a ordem de expulsão, o consulado das Canárias ainda aguarda "outras instruções" por parte do poder judicial canariense para poder embarcar o jovem em Cabo Verde.

Quem também continua a aguardar or-

dem de expulsão são as oito mulheres tidas como as principais suspeitas do crime de tráfico humano. É muito provável que a justiça esteja a aguardar o resultado da investigação policial sobre a agência de viagens para depois decretar a sua sentença.

### Cobertura frouxa da TCV

Apesar do destaque que este acontecimento tem merecido na imprensa cabo-verdiana, especialmente a **A Semana** e a RCV, a Televisão de Cabo Verde praticamente tem ignorado os sucessivos desenvolvimentos deste caso tão polémico quanto inédito entre nós. A TCV tratou o assunto apenas em duas ocasiões e, por coincidência, as notícias foram emitidas no último jornal: a primeira vez, na sequência do programa radiofónico 4<sup>o</sup> à Noite e, a última, aquando do regresso do primeiro grupo até agora expulso das Canárias.

"Este caso estava a ser tratado pela de-

legaço do Sal, por isso as notícias foram para o ar no segundo noticiário. O problema advém do horário de ligação aérea entre Sal e Santiago", defende o jornalista António Gomes, acrescentando ainda que a TCV tentou fazer um outro trabalho em Santiago, mas os familiares das pessoas repatriadas impediram a televisão de captar imagens.

Esta explicação confirma o tratamento frouxo dado pela TCV a um facto noticioso susceptível de comprovar a existência de uma rede de tráfico humano funcionando a partir da ilha de Santiago. Resta saber se por mero desleixo profissional ou se por outras razões. É que uma das oito envolvidas e retidas nas Canárias é mulher do jornalista e apresentador do telejornal Valdemar Pires, chefe de informação da TCV. Ele que, segundo **A Semana** apurou, pediu a demissão do cargo logo após o surgimento da notícia. Pedido, entretanto, recusado pela directora da TCV, Isabel Mendes, que considerou não haver razões para tal procedimento.

## RTC fecha água



Administração corta gastos de telefone

Delegados que recebem subsídio de instalação *ad eternum*, funcionários que recebem telemóveis, perdem-nos, recebem outros em seu lugar e assim por diante, um PCCS calculado com progressão geométrica, com fórmulas inventadas para satisfazer interesses que não os da instituição, contas de telefone que ascendem aos 20 mil contos por ano. Este é, em linhas gerais, o quadro do descalabro financeiro da Rádio Televisão de Cabo Verde. Uma realidade em relação à qual a actual administração decidiu fechar a torneira.

A equipa que administra os destinos da RTC decidiu dizer basta à situação de descalabro reinante nos dois órgãos sob a sua responsabilidade: a rádio e a televisão públicas. Não bastasse o excesso de funcionários que tanto a TCV quanto a RCV apresentam, o salário de muitos deles é ainda inflacionado por um PCCS cuja fórmula ninguém consegue explicar como foi estabelecida e que beneficia, particularmente, os funcioná-

rios administrativos.

E se isto compromete, e muito, a assunção dos compromissos por parte da empresa, outros ingredientes dão, nos bastidores, uma imagem de descalabro a nível da gestão, onde aparentemente tudo era permitido. E tudo significa: chefes que não são mais chefes, mas que continuam a receber como tal; delegados e directores para quem o subsídio de instalação virou direito adquirido sem prazo de validade, folhas de salário acrescidas disto e mais aquilo e um autêntico "abrigu" na utilização dos telefones.

"Da forma que os funcionários usavam o telefone aqui parecia que, depois, era só pendurar a conta na Telecom", diz uma fonte.

Um gasto que até poderia ser explicado se os contactos telefónicos fossem para o trabalho. "Os funcionários telefonam por tudo e por nada, sem preocupação com o tempo que estão no telefone".

Diante disso, a administração da empresa decidiu colocar fim a esse descalabro, onde os gastos

deixaram de estar em relação com os recursos existentes. Tanto mais que estes, os recursos, são escassos e tanto a RCV como a TCV precisam desesperadamente de verbas para dar resposta a carências várias.

Tomando por base os gastos anuais de 20 mil contos em telefone, a meta da administração é reduzi-los em 43 por cento, o que vai significar uma poupança de quase 10 mil contos, que, pelo preço do mercado, daria para comprar dois apartamentos do IFH na Ponta D'Água. Uma medida que vai começar pelos chefes, já que até aqui vários deles têm confundido telefone do trabalho com propriedade pessoal.

Ao que soube **A Semana**, o fechar da torneira não se fica por aqui. Outras medidas vão ser tomadas e, por serem impopulares, já se adivinham movimentações lá pelas bandas de Achada de Santo António. Sobretudo porque se vai mexer em mordomias consideradas, por muitos, direito adquirido.

## VAGA DE GREVES NO PAÍS

Os sindicatos que representam os trabalhadores de várias empresas e institutos, entre os quais o Siscap, o Sittthur e o Stif, estão a preparar uma onda de greves que poderá imobilizar alguns sectores nevrálgicos da economia do país. As paralisações começaram ontem, quinta-feira, no Instituto Nacional de Estatísticas onde os trabalhadores cumpriram um dia de greve, indignados com o passar da bola que o governo e a direcção do referido instituto estão a protagonizar no caso do pagamento do 13º mês de 2004.



## Sindicatos endurecem com empresas e institutos

As primeiras ameaças surgiram, em Abril, na Electra por causa da decisão unilateral desta empresa de atribuir 2% de reajuste, o mesmo valor acordado na Concertação Social, contra os 4% proposto pelos sindicatos que representam os trabalhadores. A advertência não surtiu efeito e agora, segundo Julião Varela, do Siscap, depois das ilhas do Sal e Santiago, os sindicatos aguardam apenas a decisão dos trabalhadores de S. Vicente para avançar com uma greve de abrangência nacional.

“Os trabalhadores do Sal foram os primeiros a defender a greve como uma via para pressionar a empresa a atribuir um aumento justo. Esta semana, os trabalhadores de Santiago responderam positivamente à greve. Estamos a aguardar a decisão do pessoal de S. Vicente para avançarmos em conjunto”, avisa aquele sindicalista, para quem as propostas da Electra, incluindo o reajuste de 2% e os novos horários de turno, em nada beneficiam os trabalhadores.

Mas atribuir aumentos salariais unilaterais não é uma situação restrita à Electra. Na mesma senda estão, por exemplo, os Correios de Cabo Verde, cuja administração decidiu aplicar 2% de acréscimo sobre os salários, com efeitos retroactivos a Janeiro 2005. A decisão motivou um posicionamento firme do Sittthur porquanto, frisa Carlos Lopes, revela total

desrespeito para com os sindicatos e trabalhadores ao colocá-los perante um facto consumado.

A nível das instituições financeiras, a bomba estourou na semana passada na Caixa Económica de Cabo Verde que fixou o ajustamento salarial em 2,5%, mas tudo indica que deverá alastrar-se aos restantes bancos comerciais que operam actualmente no país. “A CECV e o Interatlântico aplicaram 2,5% de aumento sem consultar os sindicatos. Também o BCA já aceitou com a mesma percentagem. Mas quer num quer noutro caso os trabalhadores pedem aumentos de 5% ou então incentivos, para compensar as perdas, como a redução da taxa de juros nos créditos concedidos aos trabalhadores, a atribuição de subsídios de vida, de alimentação e transporte, aumento dos subsídios de caixa e de tesouraria e até 3,5% de aumento salarial”, indica Aníbal Borges (STIF), para quem esse rosário de exigências se justifica face aos resultados dos exercícios bancários que foram altamente positivos. Um sucesso que se deve, frisam, ao desempenho dos seus trabalhadores. E nada mais justo que os mesmos participem e usufruam, de forma efectiva, desses resultados.

Quanto ao Instituto Nacional de Estatística, que deveria cumprir ontem, quinta-feira, um dia de greve, a situação é considerada, pelo Siscap, uma “aberração”. Isso porque, afir-

ma Julião Varela, o 13º mês consta dos estatutos do INE aprovados por portaria conjunta em 1998 e assinados pelo então vice-primeiro-ministro e pelo ministro das Finanças. “Esses trabalhadores receberam o 13º mês de 1998 a 2003 normalmente com recursos do Tesouro, que é como quem diz do Orçamento do Estado aprovado pela Assembleia Nacional. A situação repetiu-se este ano, só que não houve transferência do Tesouro”.

Face a essa situação, o ministro da Finanças emitiu um despacho, esta semana, dizendo que não é contra o pagamento do 13º mês desde que os fundos para os pagamentos sejam suportados pelo INE. O curioso, prossegue Varela, é que o instituto é financiado pelo OE e que o INE não produz receitas próprias. E, contrariamente ao que disse a Directora-Geral do Tesouro numa entrevista à TCV, o dinheiro dos projectos é gerido e controlado pelo Tesouro.

“Está em causa um mês de salário de cerca de 60 trabalhadores. Pelas nossas contas, deve rondar os mil contos ou pouco mais. Mas é um direito adquirido que esses trabalhadores estão a cobrar”, conclui Julião Varela, não sem antes esclarecer que uma portaria não pode ser anulada por despacho, referindo-se à nota do MF posta a circular esta semana em que João Serra dizia não ser contra o 13º mês. Constância de Pina

Sexta-feira, 6 de Maio de 2005

Correio das ilhas

## CABO VERDE NA CONFERÊNCIA ANUAL DA OIT

## Emprego e combate ao trabalho infantil no centro das atenções



Cabo Verde estará presente na 93ª Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho, que decorre de 31 de Maio a 16 de Junho próximo, na Suíça. Durante os trabalhos vão estar em debate questões quentes do mundo global em que vivemos, com destaque para a eliminação do trabalho infantil e a promoção de emprego para a juventude à escala mundial. Cabo Verde estará presente no evento, através de uma equipa tripartida, que integra representantes do governo, entidades patronais e trabalhadores.

De acordo com o director-geral do Trabalho, Horácio Semedo, nesta 93ª sessão da OIT serão debatidos vários temas quentes relacionados com a situação sócio-laboral que se vive actualmente no mundo. Conforme ele, paralelamente às consequências negativas do fenómeno da globalização, estarão no centro das atenções dos conferencistas a problemática da segurança e saúde no trabalho, a promoção do emprego para a juventude, bem como o trabalho no sector das pescas a nível mundial.

O DGT adianta que a referida conferência deverá ainda apreciar o relató-

rio global sobre a declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais dos trabalhadores, com enfoque para a eliminação do trabalho infantil nos vários países do mundo. Os presentes deverão também apreciar o relatório do Presidente do Conselho da Administração e do director-geral da OIT referentes a 2004, aprovarão o orçamento da organização para o biénio 2006/2007 e serão informados sobre a aplicação das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho.

Horácio Semedo anuncia que a missão cabo-verdiana à próxima conferência anual da OIT integrará uma delegação governamental de alto nível encabeçada pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, a Associação Comercial e Industrial de Sotavento, em representação do patronato, e a UNTC-CS, enquanto organização mais representativa dos trabalhadores cabo-verdianos.

Semedo explica que a escolha desta última foi feita com base no artigo 3º da constituição da OIT, segundo o qual só devem participar na conferência anual da organização as associações pro-

fissionais mais representativas dos trabalhadores e do patronato.

Aquele responsável fundamenta que a selecção da UNTC-CS se baseou no estudo sobre a representatividade sindical, realizado no ano passado pela empresa Estrategos e Consultores SA, o qual concluiu que a União Nacional representa 87% dos trabalhadores cabo-verdianos. A mesma fonte garante que os resultados do referido estudo foram validados na reunião do Conselho da Concertação Social de 10 de Novembro de 2004, conforme ficou claro na deliberação nº2 da sessão daquele órgão: “Acordou-se ainda o princípio de que a participação das organizações representativas dos trabalhadores nos fóruns de composição tripartida será em função do grau da representatividade sindical”.

Horácio Semedo conclui que para a participação da entidade patronal na conferência da OIT deste mês se aplicou o princípio da rotatividade acordado há muito pelas partes, tendo este ano a escolha recaído na Associação Comercial e Industrial de Sotavento, com sede na cidade da Praia.

ADP



## INPS MOSTRA OS NÚMEROS

*Ainda a encaixar dívidas dos contribuintes, particularmente dos institutos e fundos, além de empresas do sector privado, o Instituto Nacional de Previdência Social apresenta contas positivas em relação ao ano de 2004. São dados que vêm a público agora, através da apresentação do seu relatório de contas. Um documento que, analisado com olhos de ver, revela mudanças a nível do comportamento dos cabo-verdianos. Estes mostram-se mais preocupados com a sua saúde e aparência, ainda que nem sempre pelas vias mais ortodoxas.*



## Cabo-verdianos mais saudáveis

É inquestionável que a natalidade em Cabo Verde está a diminuir. Mas, além desse dado se reflectir a nível dos segurados do INPS, o Relatório de Contas 2004 mostra que relativamente à licença de maternidade, os encargos nesse capítulo aumentaram. Parece contraditório, mas a explicação plausível para isto é que os salários hoje são mais altos e há uma maior "incidência das baixas médicas em seguradas com elevados rendimentos mensais".

Mas o registo de mudanças na vida do cabo-verdiano, possível de se notar a partir da leitura do relatório do INPS, com informações, inclusive, de interesse sociológico, não fica por aqui. Se há uns bons anos atrás o nível a que andava a saúde do cabo-verdiano podia ser medido pelos dentes — era normal as pessoas não terem dentes — o cenário mudou, pelo menos segundo os dados disponibilizados pelo documento do INPS a que **A Semana** teve acesso.

É que, segundo o referido documento, o capítulo das despesas com aparelhos de próteses e outros dispositivos só tem aumentado. É verdade que o aumento no período 2003/2004 — 5,1 por cento — foi bem inferior ao do biénio imediatamente anterior, onde o crescimento dos gastos nessa matéria foi de 35,1%.

Entretanto, mais do que mostrar um interesse dos cabo-verdianos pela saúde da sua boca e qualidade do seu sorriso, esses ele-

mentos sugerem que continua a haver situações menos correctas em termos de apresentação de contas. Um dado a sugerir isso é que o norte do país, com menor população que o sul, e, logo, com menos dentistas, absorve 54% dos recursos pagos pelo INPS em matéria de cuidados estomatológicos.

Esse elemento em particular, e outros dados ainda referentes ao sector da estomatologia, fazem com que esse sector tenha contribuído para um significativo aumento das despesas do INPS com assistência médica e hospitalar — 12,7% no período 2003/2004.

Mas a preocupação do INPS com o destino dos recursos disponibilizados aos seus beneficiários não pára no sector da estomatologia. Números relativos aos beneficiários das convenções apontam para uma predominância dos beneficiários da convenção estabelecida com Portugal. Comparado com outros similares, só esse grupo absorve cerca de 72% dos recursos destinados aos medicamentos.

A fonte do INPS afirma que "os valores das facturações no âmbito da convenção com Portugal justificam-se pelo facto de a maioria dos beneficiários TM (i.e. trabalhadores migrantes) serem-no, justamente, por via do acordo estabelecido entre Cabo Verde e o referido país. A título de exemplo, só em Santa Catarina existem 1760 pensionistas, sendo que destes, cerca de 1700, são de Portugal".

A mesma fonte acrescenta que "a região

de Santiago regista 4636 pensionistas, dos quais cerca de 4000 também beneficiários a partir da citada convenção. Para além disso, por cada pensionista conta-se uma média de quatro beneficiários". É tendo em conta esses números que o INPS não descarta a probabilidade do uso indevido de cartões.

### Medidas e resultados

Entretanto, os dados mostram que para cada problema detectado o INPS tem encontrado soluções. No caso do consumo suspeito de medicamentos pelos beneficiários das convenções, aquele instituto destaca que, "com a instituição do sistema de controle, a partir de 2003, sistema esse, através da aposição do carimbo do INPS nas receitas dessa categoria de beneficiários, antes da sua apresentação nas farmácias, se verificou, em relação ao ano de 2003, uma substancial redução (37%), na facturação a nível da assistência medicamentosa, na região de Santiago, a favor dos beneficiários TM da convenção com Portugal".

Mais do que actuar nessa matéria em particular, a Previdência Social, segundo o seu relatório de 2004, apostou na acção de fiscalização que se centrou "na vertente ligada às contribuições", tendo sido efectuadas, para o efeito, 916 visitas. Visitas que determinaram a detecção de 310 contribuintes em situação irregular e um arrecadamento de 3,4

mil contos, entre contribuições e multas.

Importante, também, para um funcionamento o melhor possível do Instituto, foi o investimento a nível dos vários serviços, com a introdução de novos programas de computadores, mais adaptados às exigências actuais do INPS, a auditoria do sistema de informação, a inauguração de um novo edifício no Fogo, um novo sistema de avaliação do desempenho dos recursos humanos, entre outros.

Feitas as contas, e tendo o INPS procurado dar respostas aos direitos dos seus segurados e respectivos beneficiários nos mais diversos domínios da sua competência, os dados revelados pelo relatório que vimos citando apostam para um saldo positivo na ordem dos 1.306 milhões de escudos, o que significa, em relação ao ano anterior 2003, um crescimento na ordem dos 25% por cento.

E se isto mostra a consolidação de medidas com vista à sustentabilidade do sistema de previdência social, outros dados apontam para as conquistas, em termos de estruturação financeira de uma instituição tão importante para os cabo-verdianos como é o INPS. Aqui destaca-se a sua participação como accionista de várias empresas importantes do país, nomeadamente a Caixa Económica de Cabo Verde, Cabo Verde Telecom, Garantia, Promotora, CVC, etc. Uma via encontrada pelos seus gestores para assegurar a sobrevivência e o futuro do sistema por muitos e muitos anos.

## Apesar de legal, o aborto é ainda clandestino



A informação existe, os serviços de atendimento à saúde reprodutiva estão um pouco por todo o lado, mas muitas jovens continuam a engravidar sem o desejar. E quando "caso dá", muitas vezes a opção é por um aborto clandestino. As consequências disso continuam a marcar o dia-dia das estruturas hospitalares do país.

Em pleno século XXI, e com informações disponíveis em diversos canais, muitas meninas em Cabo Verde continuam a engravidar sem o desejar. Quem lida com essa situação quotidianamente, como é o caso do enfermeiro Artur Frederico, do Cin-

saúde da Várzea, na capital cabo-verdiana, diz que muita dessa realidade é consequência da ignorância. A tal ponto, diz, que não é surpresa encontrar, nas consultas, meninas grávidas mas virgens, simplesmente porque achavam que mantendo a virgindade não havia hipótese de engravidarem.

Numa realidade como essa, onde o desconhecimento, a ignorância e a vergonha prevalecem, muitas vezes a opção para resolver a gravidez indesejada é recorrer a um aborto clandestino. Isto porque, segundo Artur Frederico, para além do problema em si, quase sempre enfrentado por uma jovem que quer esconder dos pais

a situação, "falta sigilo entre os profissionais da saúde e as próprias estruturas hospitalares não ajudam".

No caso do Hospital Agostinho Neto, exemplifica, "basta uma pessoa ser vista na maternidade para pensar-se que ela foi ter um filho ou fazer um aborto". Uma prática que afasta as jovens de um serviço com as condições necessárias para uma intervenção voluntária da gravidez, levando-as a buscarem serviços clandestinos que põem em risco a sua saúde e sua vida. E quando os problemas acontecem, as jovens acabam no hospital.

Segundo uma fonte de **A Semana**, "o número de casos que che-

gam", por exemplo, "ao Hospital Agostinho Neto não são tão altos, mas eles não são raros". E quando chegam são situações difíceis, "com consequências psicológicas e físicas graves, sendo as mais comuns as grandes infecções que podem perigar a vida".

Há casos de abortos clandestinos que "determinam intervenções cirúrgicas altamente traumatizantes, com retirada do útero por exemplo, das trompas e ovários", o que pode conduzir, entre outros males, "à incapacidade para terem filhos". Situações que poderiam ser evitadas com um pouco mais de informação para que, pelo menos, as jovens possam conhecer o seu corpo.

## SANTA CATARINA

**Um atropelamento envolvendo a viatura de um magistrado judicial, ocorrido no passado dia 30 de Março, em Assomada, e que vitimou dois cidadãos, está a agitar aquela cidade. É que o veículo em causa pertence ao juiz da Comarca de Santa Catarina, Emílio Xavier, mas estava a ser conduzido por um amigo deste que nem sequer possui carta de condução. E o curioso é que o condutor, um empresário de Assomada, foi condenado apenas a 12 dias de prisão... por conduzir ilegalmente.**



# Atropelamento com carro de juiz

Há pouco mais de um mês um automóvel atropelou de uma assentada duas pessoas na zona de Nhagar, Santa Catarina: um açougueiro e um conhecido empresário de nome João Monteiro. O primeiro apanhou um choque no braço e tudo indica que já recuperou das lesões, mas não do susto. O seu companheiro teve menos sorte, uma vez que acabou transferido para França, onde se mantém sob cuidados médicos.

O caso, noticiado na altura por este jornal, deu nas vistas sobretudo por o condutor se ter posto em fuga logo a seguir ao acidente. Mas, pouco tempo depois, começou a ganhar contornos maiores - sendo comentado de boca em boca em Santa Catarina - quando se veio a apurar que o automóvel, afinal, pertenceria ao juiz daquela comarca, Emílio Xavier, que o teria emprestado a José António Roque (Júnior), seu amigo e empresário em Assomada.

Na verdade, os dois foram vistos a circular naquela cidade do interior de Santiago desde a noite do dia 29 de Março até à madrugada do dia 30, horas antes do acidente. Segundo uma versão, Júnior teria levado Emílio Xavier à localidade de Ribada, e regressado com o veículo a Assomada. Foi nesse percurso que José António Roque atropelou duas pessoas para depois se pôr em fuga — entretanto, arrependido, apresentou-se no dia seguinte à esquadra de Santa Catarina

como sendo ele o autor do acidente.

Esta é, para já, a versão conhecida de Saturnino Monteiro, irmão de João Monteiro um dos sinistrados. Conta Saturnino que no dia em que José António Roque lhe foi pedir desculpas pelo sucedido, revelou que esteve em companhia de Emílio Xavier. “Júnior disse-me que ele e o juiz Xavier saíram cerca de quatro horas de madrugada em direcção a Ribada, para a casa de uma comadre do juiz onde tomaram uns ‘drinks’ (bebidas). Terminada a visita, Xavier pediu-lhe para trazer o carro”.

O irmão da vítima confessa, outrossim, que apreciou o comportamento de Júnior, ao “dar a cara” e se explicar do sucedido, mas demonstrou alguma indignação em relação ao juiz que “até agora nem sequer perguntou pela saúde do João Monteiro”. E “sendo os dois pessoas quase próximas esperava uma outra reacção do juiz. É este comportamento que me leva a pensar mais do que tinha pensado”, confessa Saturnino Monteiro.

## Juiz defende-se

Versão diferente tem, entretanto, o juiz da Comarca de Santa Catarina. Contactado por **A Semana**, Emílio Xavier confirma que a viatura do acidente se encontrava em seu poder, uma vez que foi alugada por ele, mas desmente que tenha entregue as chaves da

mesma ao Júnior. “Naquele dia do desastre estive em companhia do Júnior e, por volta das cinco horas da manhã, dirigimo-nos à casa dos meus familiares em Achada Falção, antes de chegar a Ribada”.

Chegados à Ribada, o magistrado afirma que o carro ficou em ignição porque estava com problemas de arranque. Momentos mais tarde foi informado pela filha da dona de casa onde se encontrava que o Júnior tinha levado o carro e houvera acidente. “Foi então que me apercebi que o carro não estava ali”, diz o juiz que garante, por outro lado, que não tinha conhecimento se Júnior tinha ou não carta de condução. Quanto à possibilidade de o condutor estar acompanhado ou não aquando do acidente, Xavier diz não saber, mas confessa ter ouvido rumores de que duas pessoas ocupavam o carro. “Ele pode ter dado boleia a alguém”, supõe.

Seja como for, o certo é que José António Roque foi condenado, surpreendentemente, a apenas 12 dias de prisão (já cumpridos) por conduzir sem carta de condução. O que desagradou e muito aos santacatarinenses, segundo os quais o tribunal ‘ilibou’ Júnior de uma condenação por Ofensa Corporal Involuntária e do processo indemnizatório. Contudo, ao que **A Semana** apurou, Júnior deverá responder por este processo mal chegue o relatório médico de João Mon-

teiro, que se encontra em França em tratamento.

Este último processo, atestam alguns críticos, não retira a responsabilidade do juiz Emílio Xavier neste acidente. “Muito pelo contrário, porque ele é amigo do Júnior e sabia que ele não possuía carteira de condução”, observa um santacatarinense, para quem a versão do juiz de que nunca chegou a entregar as chaves do seu carro ao Júnior não “cola”. “Se for verdade, trata-se de um caso de roubo de veículo, crime perfeitamente punível. E depois, por que não se apresentou uma queixa nesse sentido?”, questiona o mesmo interlocutor.

## Um grande transtorno

O acidente do dia 30 de Março trouxe grandes transtornos a João Monteiro, que está a receber tratamento médico em França. Este empresário sofreu graves lesões nas pernas, além de outras partes do corpo, acabando os médicos por lhe fazer uma intervenção cirúrgica. Segundo o seu irmão, Saturnino Monteiro, João já saiu do hospital para se hospedar em casa de familiares, uma vez que cada cama no hospital onde vinha sendo tratado ronda os 80 contos diários. Uma grande despesa que a família ainda não sabe quem irá assumir. E o pior é que ainda não se sabe se o João Monteiro voltará a andar. AC

## LUCIEN OLIVEIRA CONDENADO

# Defesa recorre e pede absolvição

Lucien Oliveira, 48 anos, acusado pela própria sogra, Regina Weidmann, de violar sexualmente os dois filhos menores foi condenado pelo tribunal de Santa Catarina a oito anos e oito meses de prisão. O juiz Ricardo Gonçalves baseou-se nas declarações dos menores para considerar o réu culpado de um processo que chegou a ter contornos mirabolantes, por supostamente, envolver várias personalidades do país. O que até hoje não ficou provado.

O tribunal da Comarca de Santa Catarina condenou a oito anos e oito meses de prisão, o senegalocabo-verdiano Lucien Oliveira por molestar sexualmente os seus dois filhos (um rapaz e uma menina, na altura, com nove e oito anos, respectivamente), frutos de uma relação que manteve há muitos anos com Jandira Fonseca.

Oliveira, que se encontrava detido em Assomada desde Outubro de 2003, viu o juiz Ricardo Gonçalves apoiar-se nas declarações dos menores para o condenar a oito anos de prisão efectiva. A sentença, já foi, entretanto, recorrida ao STJ pelo advogado de defesa que pede a absolvição do seu constituente. Em conversa com **A Semana**, José Manu-

el Andrade alega, por exemplo, “passagens da própria sentença que evidenciam contradições nas declarações dos menores. Houve, portanto, um esforço para rebater as alegações da defesa”.

O advogado salienta ainda que o juiz preferiu “acreditar apenas em partes que lhe interessavam nos depoimentos dos menores, deixando de lado as outras provas. Ou seja, o juiz não pegou em mais nenhum outro elemento de prova, inclusive exames médicos, para proferir a sua sentença. Contentou-se com os depoimentos dos menores que ele próprio, na sua sentença, considerou terem sido contraditórios”.

De realçar que no decorrer da audiência se veio a apurar que, em relação ao filho, um cidadão estrangeiro chegou a participar, juntamente com Lucien Oliveira, nas supostas sessões sexuais com o mesmo, devendo, por isso, um novo processo vir a ser instruído — cujo alvo será desta feita o tal cidadão estrangeiro.

O caso Lucien Oliveira, recorde-se, percorre as instâncias do tribunal desde Outubro de 2003, quando a avó materna das crianças, Regina Weidmann, apresentou uma queixa

no tribunal, acusando Oliveira de molestar os próprios filhos. Mas o que era um processo singular de violação sexual contra menores ganhou, de um momento para o outro, dimensões maiores. É que Regina Weidmann e a filha Jandira Fonseca decidiram, em Março do ano passado, acusar o ministro das Finanças, João Serra, de fazer parte de uma rede de pedofilia que funcionava na Praia, envolvendo ainda o motorista deste último, funcionários, directores e alunos de um jardim-escola da capital, Lucien Oliveira, a mãe deste, etc.

Um esquema que causou algum rebuliço em todo o país, dada a gravidade e os detalhes indicados por Weidmann e Fonseca na carta-denúncia posta a circular em todo o arquipélago — desmentidas por todos os indivíduos mencionados que consideraram infundadas e tresloucadas as denúncias. Entretanto, apesar da tentativa do advogado de defesa de Lucien Oliveira, o juiz de Santa Catarina, Ricardo Gonçalves, rejeitou sempre qualquer menção ao processo que envolvia o ministro das Finanças, por se tratar de um caso à parte que nada tinha a ver com o processo em julgamento. HS



## CASO ARLINDO FIGUEIREDO

# Suspeito aguarda julgamento em liberdade

O homem detido como suspeito de ter baleado o procurador da República Arlindo Figueiredo vai aguardar julgamento em liberdade. O Supremo Tribunal da Justiça decidiu colocar José Eucilides da Veiga, Black, em liberdade provisória mediante termo de identidade e de residência. Uma decisão que não surpreendeu o seu advogado. Até porque, diz Alcindo Vieira, *“trata-se de um processo que não tem olhos e nem ouvidos, ou seja, é um processo que não tem provas”*.

Há cerca de quatro meses na Cadeia de São Martinho, na Praia, a aguardar julgamento, o até agora tido como o homem que baleou o magistrado Arlindo Figueiredo vai aguardar o julgamento em liberdade. O STJ decidiu, no dia 28, com voto vencido do juiz Raul Querido Varela, estabelecer termo de caução, de identidade e residência a Black por considerar insuficientes as razões apresentadas para aplicar a prisão preventiva.

Esta notícia, entretanto, não surpreendeu o seu advogado Alcindo Vieira, para quem as provas apresentadas contra o seu cliente eram *“insuficientes”* e *“não se pode capturar uma pessoa por causa de uma fotografia ou de um auto-reconhecimento fotográfico. E este é o único elemento de suporte probatório. E esse reconhecimento não previa absolutamente nada que estivesse relacionado com aquilo que nós chamamos elementos de perfis fisionómicos”*.

Questionado se esta medida do STJ tem algu-

ma ligação com a prisão dos suspeitos de terem cometido os últimos homicídios na capital - no momento em que Zifa e Giboli eram apresentados ao Juiz, o STJ estabeleceu o termo de caução - Vieira acredita que foi uma *“mera coincidência”*.

Recorde-se que Arlindo Figueiredo e sua família foram vítimas de um atentado no dia 9 de Dezembro, perto da sua residência, no Palmarejo. Na altura, aquele magistrado foi surpreendido com cinco tiros que lhe atingiram as pernas e o abdómen e um sexto disparo atingiu o filho.

Evacuado para Portugal para tratamento médico, onde se encontra até hoje, o magistrado revelaria ao jornal *“Correio da Manhã”* que o seu agressor é um *“deportado cabo-verdiano que actuou a mando de alguém”* porque *“estava a investigar casos relacionados com tráfico de droga e entrada ilegal de dinheiro no país”*. Segundo Figueiredo, o desconhecido que o tentou matar é *“um indivíduo cabo-verdiano de 25 a 30 anos com boné na cabeça, deportado dos EUA”*.

Uma semana depois, a PJ prendeu o presumível autor dos disparos, Black. Este foi apresentado ao Tribunal da Praia no dia seguinte. E, alegando *“indícios fortes”*, o juiz decretou a prisão preventiva do suspeito que, depois do acórdão do STJ aguarda, a partir de agora, o julgamento em liberdade, não significando esse acto, no entanto, que Black tenha deixado de ser o principal suspeito desse crime. Além disso, o caso continua em investigação.



ARLINDO FIGUEIREDO

## ABUSO SEXUAL DE MENORES EM SÃO NICOLAU

# Mão pesada do juiz

O juiz do tribunal de São Nicolau decidiu aplicar penas que variam entre os seis e os 25 anos de prisão efectiva a quatro dos cinco arguidos acusados de violação de menores na localidade de Juncalinho. Um outro indivíduo, o quinto, aguarda o resultado de um exame psiquiátrico que seria efectuado na quarta-feira, 04, no Hospital Baptista Sousa, em São Vicente. O advogado de defesa já avisou que vai recorrer ao STJ porquanto, a seu ver, as sanções foram muito duras, sobretudo para o arguido que terá de amargar 25 anos de cadeia, que é a condenação máxima permitida pela lei de Cabo Verde.

Os casos de violação das quatro crianças de Juncalinho, com idade compreendida entre os dez e os 15 anos, ocorridos em Setembro de 2004, foram a julgamento na última semana no tribunal da Comarca de São Nicolau. O juiz Amândio Brito deu provimento à queixa apresentada pelo pai de uma das crianças seviciadas e de outros três casos investigados e apresentados pela Procuradoria da República e decidiu aplicar penas que vão dos seis aos 25 anos de cadeia efectiva para quatro dos cinco arguidos citados no processo. Quanto ao outro indivíduo envolvido, o quinto, de acordo com Amândio Brito, o tribunal terá de aguardar os resultados de um exame psiquiátrico que seria realizado nesta quarta-feira, 04, no Hospital Baptista de Sousa, antes de se pronunciar.

Para os sanicolauenses que viveram esta história de perto, sobretudo os moradores da pequena comunidade de Juncalinho, finalmente fez-se justiça. Já o advogado de defesa dos cinco arguidos entende que o juiz teve mão pesada pelo que recorrerá ao Supremo Tribunal da Justiça. Sobre este particular, Brito limita-se a dizer que o tribunal procurou simplesmente fazer justiça. *“Houve uma separação de culpas. Não acho que tenha havido exagero nas penas. Procurou-se fazer justiça”*, frisa este magistrado, atestando que apenas quatro dos acusados foram condenados e que um quinto terá de aguardar os resultados do exame psiquiátrico mandado efectuar na quarta-feira em São Vicente.

Já a Procuradoria da República, que investigou e apresentou ao tribunal três dos quatro processos, recusa-se, pelo menos por agora, a comentar as condenações e o próprio dossier violação. Isso porque, segundo Patrício Varela, a PR terá de se preparar para apresentar uma contra-alegação porque o advogado de defesa pretende recorrer ao STJ.

Nestes casos de violação em concreto, é público e notório que o que mais revoltou a população de São Nicolau, particularmente de Juncalinho, foi o envolvimento de um professor da escola do ensino básico, local e de pessoas próximas às vítimas, que contavam na altura 10, 13, 14 e 15 anos. Já os supostos violadores tinham entre os 20 e os 70 anos de idade. Mas aqui o juiz decidiu agir

na exacta proporção da indignação das pessoas e aplicou ao professor a pena máxima permitida pela lei cabo-verdiana, ou seja, 25 anos de reclusão. Os restantes réus, três, foram condenados a seis anos e oito meses, sete anos e um mês e seis anos de cadeia, cada.

## Denúncia de A Semana

As violações terão acontecido em Setembro de 2004 e transpirado para a comunicação social somente no mês de Novembro. Na altura, uma reportagem especial **A Semana** dava conta de que essas crianças tinham sido aliciadas com comida, mais concretamente com chocolate e batatas fritas e depois ameaçadas pelos adultos para guardarem segredo. Este jornal citava ainda fontes que garantiam que os quatro casos sob a alçada da justiça eram apenas a ponta de um iceberg que se alimenta da pobreza de determinadas zonas e famílias. Casos que não são denunciados por causa da dependência económica, sobretudo quando envolvem familiares próximos. Um outro elemento inibidor é a possibilidade das vítimas serem apontadas na rua em meios pequenos onde todos se conhecem. Nestes casos em concreto, ainda segundo as nossas fontes, as histórias só se tornam públicas quando acontece uma gravidez indesejada.

Constância de Pina



# Casa de banho em forma de chão

É um ritual que se cumpre em todos os lados da cidade. Contra a parede, um homem aguarda algum tempo até que a bexiga se esvazie, enquanto o cheiro se espalha pelo ar e um fio de urina corre rua abaixo. Ao lado, na ravina, um bando de moscas ataca o trabalho dos intestinos de alguém. Ravinas e paredes como alternativas para quem não quer pagar 5 escudos por uma "mijinha" e 10 escudos por uma defecação nas sentinas do Mercado ou na do Hospital - as únicas em funcionamento em todo o Plateau. Descarregam-se, assim, os desperdícios do corpo em pleno centro histórico da Praia.

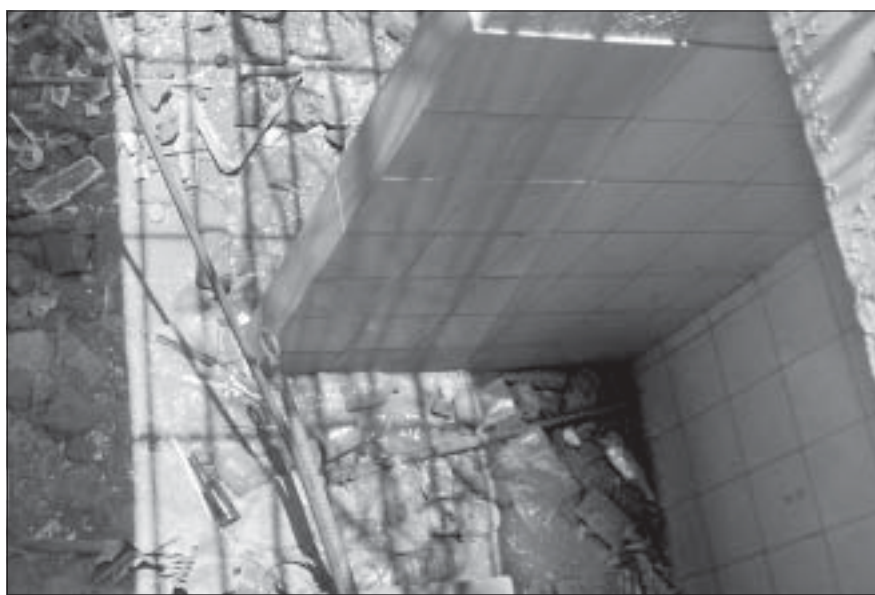
Na Praça Afonso Albuquerque havia uma casa de banho pública. Actualmente, encontra-se vedada por grades, convivendo com um malcheiroso coreto que inspira a confiança dos transeuntes com uma bexiga mais indiscreta. Maria Santa, uma vendedora de fruta, guloseimas e tabaco, recorda que "antes, a sentina estava sempre suja, as pessoas faziam a porcaria no chão e ninguém limpava". Por esse motivo, diz, fecharam a casa de banho "até segunda ordem". Uma ordem secundária que, por nunca ter chegado, constitui uma situação "muito preocupante", também para o vereador do saneamento da Praia.

Manuel Delgado, vereador do saneamento, afirma que o encerramento da estrutura foi causado pelo entupimento do esgoto, problema para o qual "já se tentaram arranjar soluções, embora sem sucesso". No entanto, no âmbito da reestruturação do Plateau já em curso (ver texto abaixo) "estão a ser feitos estudos para definir se construímos a sentina de raiz ou se a recuperamos", garante Delgado.

## PAGAR PARA ENTRAR

Na entrada do mercado, quem quiser aliviar as entranhas apenas tem que virar à direita numa qualquer banca junto à entrada e falar com Maria José Moreno. É a sentinela da sentina do Mercado, que cobra a entrada na casa de banho e que a limpa. "Cinco escudos para minha, dez para tudo completo", afirma prontamente. Por dia chega a fazer cerca de "2 mil a 2500 escudos".

Esta sentina não é da responsabilidade



A CMP estuda a possibilidade de recuperar ou construir de raiz e sentina da praça ALEXANDRE ALBUQUERQUE

da Câmara Municipal, mas sim do SEPAMP, a empresa municipal que se encarrega das questões relacionadas com os mercados do concelho. Neste momento a autarquia praiense apenas mantém uma casa de banho pública no Plateau, junto ao Hospital Agostinho Neto, onde só entra quem paga. Para o vereador do saneamento, esta cobrança é "necessária, porque é ela que ajuda a pagar a sua manutenção". No entanto, afirma que "o dinheiro que se ganha com a utilização do espaço é muito pouco, ronda os 600 escudos por dia".

Maria Madalena é a zeladora desta sentina camarária. De verruga num canto da face, a velha senhora lamenta que a estrutura não seja "muito utilizada pelo povo". Segundo a mesma, "muitas pessoas até querem entrar, mas quando sabem que têm que pagar, preferem fazer o que têm a fazer na rua".

A falta de alternativas para quem não possa ou não queira pagar a entrada num quarto de banho público parece não afligir o vereador do saneamento, que faz questão em vincar que "os serviços camarários empreendem frequentemente acções de limpeza dos espaços que estão sujos de detritos, como acontece atrás da sentina junto ao hospital".

Uma limpeza que não evita os maus cheiros e visões como "a porcaria que é feita na rampa de Ponta Belém", como admite o próprio vereador.

Atrás dos Correios, o resultado desse tipo de atitude está à vista e no nariz de todos. À medida que se desce pela rampa, o cheiro a fezes aumenta exponencialmente. O edifício cor-de-rosa da antiga casa de banho pública está agora semi-destruído. Portas e janelas cimentadas, telhado partido, latas, garrafas e papéis a todo o redor, pinturas nas paredes - "Eder+Iza" em amor malcheiroso. Na impossibilidade de utilizar a sentina, usa-se a área envolvente para aliviar.

## SENTINAS DA PRAIA VÃO POR ÁGUA ABAIXO

A Câmara Municipal da Praia está a preparar-se para fechar grande parte das sentinas da cidade, de acordo com Manuel Delgado. Este vereador justifica a decisão com "o pouco uso por parte da população" e com a "danificação de alguns daqueles espaços".

Uma decisão que vai contra o desejo do Delegado de Saúde da Praia. José da Rosa está convicto que é "muito importante" au-

mentar ou pelo menos manter o número daquelas estruturas sanitárias na cidade. Esta vontade já foi expressa junto da autarquia, embora sem resultados. O médico adverte que as actuais condições sanitárias da Praia são "um meio ideal para a propagação rápida de doenças diarreicas como a cólera".

No entanto, enquanto fecha umas sentinas, a autarquia adquire outras. De acordo com Manuel Delgado, vão ser compradas "brevemente" cinco casas de banho móveis para serem instaladas no centro da cidade durante e depois do Festival da Gamboa. A lógica do utilizador-pagador poderá vir a prevalecer também na gestão destas estruturas, que serão colocadas "em pontos estratégicos do Plateau", segundo o vereador.

## EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES

"Há pessoas que têm casas ligadas ao sistema de esgoto e que continuam a despejar os detritos na rua", queixa-se Manuel Delgado. De forma a mudar os hábitos de higiene da população, o orçamento do pelouro do saneamento prevê, para este ano, a aplicação de 4000 contos em campanhas de educação para a saúde pública, tendo como alvo principal as crianças.

Sensibilizar e educar são palavras de ordem também para o Delegado de Saúde da Praia. Embora considere que "é difícil mudar comportamentos e hábitos associados aos meios rurais", José da Rosa é da opinião que tem de haver um comprometimento profundo com este objectivo.

O consenso relativo à importância da sensibilização reúne igualmente os agentes policiais. De acordo com o comissário José Rui, da terceira esquadra, "em situações normais, é mais eficaz adoptar uma abordagem formativa do que punitiva" junto de quem é apanhado em flagrante alívio. "Há que equacionar uma série de pontos como a falta de estruturas sanitárias na cidade, antes de autuar", afirma. Actualmente, o lançamento de dejectos na via pública está sujeito a coima entre os 2000 e os 15.000 escudos.

Pedro Miguel Cardoso

# Praça do Plateau em requalificação

A Praça Alexandre Albuquerque, no Plateau, estará em obras nos próximos cinco meses. A obra, financiada pela UCCLA, fará regressar a esse espaço a calçada portuguesa. Uma devolução que vai permitir a esse lugar emblemático da Praia "dar um ar da sua graça", ao mesmo tempo que se prevêem novas intervenções para o centro histórico da Praia.

A recuperação desta praça vai apostar, segundo o vereador das infraestruturas, transportes e fiscalização da Câmara Municipal da Praia, "na substituição de toda a rede de saneamento, na introdução da linha de telefone, da cablagem de iluminação pública e drenagem das águas pluviais". No entanto, à vista de todos vai ressaltar, como conta Manuel Carvalho, "a colocação da calçada portuguesa".

Para executar a obra chegaram já à Praia dois calceteiros da Câmara Municipal de Lisboa, que começarão os trabalhos da calçada já "na próxima segunda-feira", adianta Manuel Carvalho. Durante a execução do trabalho, estes profissionais vão também dar formação prática a "pelo menos seis calceteiros da Praia", acrescenta.

Esta que é primeira das sete fases da obra começou no dia 30 de Março e ocupar-se-á apenas da área em torno do chafariz. Dentro de cinco meses toda a praça deverá já estar calcetada com os típicos cubos de basalto e calcário, à excepção do passeio exterior, que deverá ser coberto com betoniha. O plano de recuperação prevê ainda o que chama de "fornecimento vegetal" daquele espaço nobre da Praia.

Esta obra é financiada na totalidade pela UCCLA que despende nesta requalificação cerca de 50 mil contos. Embora

não esteja incluído neste projecto, o coreto também poderá vir a ser equipado com os tão esperados bancos, cuja ausência inviabiliza as actuações da banda de música. Dentro de dias, no âmbito do protocolo com uma empresa, "serão doados à CMP 60 bancos exteriores", avança Manuel Carvalho.

Apesar da Praça Alexandre Albuquerque ter sido eleita como zona prioritária de intervenção, o executivo camarário quer requalificar todo o Plateau. Neste momento decorrem negociações entre a CMP e o Instituto Português de Património Arquitectónico no sentido deste "financiar o calçamento com calçada artística de outras ruas do Plateau que se tomariam, assim, pedonais", diz Manuel Carvalho.

## AMÍLCAR CABRAL COM OU SEM ASFALTO?

Mas enquanto avança com calçada portuguesa num lado, a CMP quer asfaltar a Avenida Amílcar Cabral, a artéria mais movimentada do Plateau. Segundo Manuel Carvalho, "a primeira proposta foi já aprovada, o que indica que o projecto já está avançadíssimo". Para a conclusão do processo, "falta apenas a aprovação dos planos de drenagem e iluminação, que foram entregues há poucos dias", adianta.

O vereador avança, inclusivamente, que a CMP já delegou à empresa de construção civil Adriano a asfaltagem do troço S. Januário/Avenida Amílcar Cabral/ Avenida Che Guevara/ primeira ponte de Vila Nova.

Estas informações não constaram, no entanto, das inter-

venções de Felisberto Vieira aquando de uma mesa redonda no passado dia 28 de Abril, onde se discutiu a possível formalização da candidatura da Praia a Património Mundial. Durante esta sessão, a asfaltagem de artérias do Plateau foi discutida e rejeitada por quase todos os presentes, para quem a preservação da identidade do centro histórico da Praia não joga com a asfaltagem do Plateau.

À semelhança da tomada de posição final dos participantes, na sua intervenção final o presidente da CMP sublinhou a importância desta questão ser abordada em discussões posteriores, com a participação da sociedade civil.

Confrontado com as declarações de Felisberto Vieira naquela reunião, Manuel Carvalho telefonou ao presidente da Praia, na presença de A Semana, à procura de instruções e de um esclarecimento. Ficámos então a saber que, depois do projecto de asfaltagem estar concluído, a CMP vai auscultar todas as entidades ligadas ao património, à cultura e à sociedade civil para se determinar se o asfalto vai cobrir ou não a avenida Amílcar Cabral.

Caso a obra não avance, devido a um hipotético desacordo da sociedade civil, Manuel Carvalho admite que "a câmara terá que pagar uma indemnização à empresa". Questionado sobre por que razão a autarquia assinou o contrato com a Adriano, arriscando-se a ver a empreitada rejeitada pela sociedade e a ter que pagar um montante extra, o vereador afirmou apenas que "ao longo do processo já ouvimos muitas opiniões da sociedade, mas teremos que o fazer novamente".

PMC